

Estado é responsável por juros altos, diz Langoni

O professor Carlos Geraldo Langoni culpou, em palestra realizada no Instituto Acadêmico de Reciclagem para Executivos, o Estado pela elevação das taxas de juros, ou, mais precisamente, o endividamento público, que tem aumentado nos últimos anos, devido a centralização de decisão quanto aos investimentos nas mãos do Governo, e à necessidade de arrecadar-se recursos para cobrir os custos dos créditos subsidiados.

Com isso — segundo Langoni — o open-market vem perdendo sua característica de instrumento de política monetária, e servindo ao Governo como meio de atrair poupança financeira voluntária, através das altas taxas de rendimentos oferecidas pelas LTNs (Letras do Tesouro Nacional), que competem, no mercado, com os títulos privados.

Ou seja, “a aceleração do endividamento interno reflete em, última instância, níveis excessivos de investimentos públicos, que passam a disputar (vantajosamente) com o setor privado, os recursos no mercado financeiro. Esta presença intensa do setor público no mercado constitui-se num importante fator institucional que ajuda a explicar os elevados níveis das taxas de juros, no caso brasileiro.

CENTRALIZAÇÃO

Na opinião do Presidente da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, é normal o controle estatal com relação à poupança financeira — que cresceu de 48% no triênio 1971/1973 para 72% em 1974/1976 —, pois decorre das operações com os mecanismos institucionais de poupança forçada, criados em 1965 (FGTS) e 1971 (PIS-Pasep). Mas o interessante — destacou ele —, é que, ultimamente, também tem-se verificado uma ampliação do domínio do Estado no campo da poupança voluntária — literalmente seu peso no total de poupança controlada pelo Governo dobrou, passando de 29% em 1971/1973, para 58% em 1974/76.

Langoni observou ainda que este fenômeno é a contrapartida do próprio aumento do endividamento público — de 5% da receita federal em 1971, passou para 85% em 1978, ou cerca de 10% do

Produto Interno Bruto, isto é, o endividamento tem crescido a taxas superiores a receita fiscal. E ressalta que, “ironicamente”, até mesmo no mercado adicional a captação voluntária de recursos de risco tem sido canalizada, preponderantemente, para as grandes empresas estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil).

SUBSÍDIOS

A razão deste endividamento, ao seu ver, se deve ao fato que ao deter o monopólio dos recursos para investimentos, o Estado se vê obrigado a estabelecer subsídios especiais, a fim de viabilizar suas prioridades. Esta tendência de multiplicação de subsídios, por sua vez, entra em conflito com o objetivo de controle de inflação, já que é financiado ou por expansão monetária ou por endividamento adicional do setor público.

Desta forma, ele considera que é grande a responsabilidade do Governo na elevação da taxa inflacionária, pois o próprio Estado se torna um elemento alimentador da inflação.

Esta política, por outro lado, cria um paradoxo: o Brasil é o país que apresenta as mais baixas taxas de juros (para os setores considerados prioritários pelo governo) e as mais altas (para a maioria das empresas privadas).

SOLUÇÕES

Diante deste quadro, Carlos Langoni propôs uma redefinição do papel do Estado; que o próprio Estado seja mais controlado para que seja reduzido o ônus do ajustamento à política anti-inflacionária sobre o setor privado. É necessário, também, que seja exercido um maior controle sobre os dispêndios públicos num sentido lato (ai incluídas as empresas estatais), antes mesmo da execução de uma política monetária restritiva, pelo seu impacto decisivo no que diz respeito às expectativas de toda a economia (recessão, etc).

O subsídio, ao longo do tempo, deve ser substituído por uma maior liberdade de preços, forma de ampliar-se o lucro das empresas como fonte de capitalização.

O mercado de capitais precisa ser reformulado, ampliando-se as fontes de recursos voluntários com característica de longo prazo para acabar-se com o endividamento de curtíssimo prazo), sobretudo os fundos disponíveis para capital de risco.

Outras proposições afetadas pelo Professor Carlos Geraldo Langoni na conferência realizada no Iarpex foram a nítida separação entre o Banco Central e o Banco do Brasil, que deveria atuar apenas como banco comercial (seus depósitos deveriam sofrer, portanto, a incidência do compulsório), e a reformulação dos mecanismos de controle às importações (em primeiro lugar depósito prévio, e em segundo lugar as próprias tarifas excessivas) como forma de estimular os ganhos de eficiência à indústria doméstica.

PLANEJAMENTO

Voltando ainda à sua crítica ao Estado, Langoni comentou que ao invés do planejamento centralizado — tônica de nosso modelo econômico, deveria existir uma maior economia de mercado, se é que desejava-se o aperfeiçoamento do sistema capitalista brasileiro. Se for para permanecer o conceito “planejamento”, seria no sentido de coordenar-se a própria ação do Estado fixando-se prioridades mais consistentes, que se aproximassem mais das preferências da comunidade.

O setor agrícola, para Langoni, deve ser mais protegido como meio de auxiliar no equilíbrio da balança de pagamentos pela diversificação de exportações através de produtos primários), e de diminuir as disparidades na distribuição de renda, pois absorve maior contingente de mão de obra além de que aumentar-se-ia o salário real do trabalhador, através de maior produtividade e queda nos preços dos produtos de primeira necessidade.